

Família, Memória e Documentação Íntima: uma análise da coleção Ribeiro de Avellar.

Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.ⁱ – PPG-UFF

O presente trabalho se insere na temática da família, já clássica na historiografia brasileira. Entretanto, visa discutir novas possibilidades de análise a partir de reflexões metodológicas colocadas em pauta pelos estudos da documentação íntima associados a uma abordagem de micro-história.

Entre os autores brasileiros, a noção de família se constituiu atrelada às especificidades de uma sociedade escravista e patriarcal. As primeiras incursões acerca da história família foram feitas, na forma de ensaios, ainda na década de 1920, dentro de uma perspectiva de busca da identidade nacional. Estas investigações estavam voltadas para as famílias da classe dominante devido a seu importante papel na fundação da empresa colonial, e se constituíram contando com um *corpus* documental formado, principalmente, por memórias e relatos de viajantes, autobiografias, cartas régias, decretos e atas da Câmara Municipal. Nesta perspectiva podemos entender os trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Oliveira Viana.ⁱⁱ

Depois de longa discussão historiográfica, as pesquisas atuais, diferentemente do que fazia a historiografia clássica, têm ressaltado a importância de se pulverizar o conceito de família.ⁱⁱⁱ Desta forma, seria mais correto se utilizar o substantivo no plural, recorrendo ao estudo das diversas famílias nas diferentes épocas e regiões. Assim, em linhas gerais, o que prevalece hoje em dia são análises que destacam uma temporalidade e região específicas, entretanto, sem perder de vista as reflexões teóricas mais amplas acerca da estrutura familiar brasileira. Mesmo assim, em muitos casos, percebe-se uma herança clássica que constrói a noção de família enquanto unidade de residência e/ou unidade econômica. Deste modo, é possível compreender os longos debates em torno do número de pessoas residentes em um domicílio, sua

chefia, além das discussões acerca da coexistência ou não dos modelos de família, conceituados seguindo terminologia européia, como de caráter extenso ou nuclear. A história da família esteve durante muito tempo, portanto, ligada à descrição destes modelos: suas regras de funcionamento e fatores responsáveis pelas transformações no interior do grupo familiar.^{iv}

Partindo de outro ponto de vista, pretendo apreender as redes mais complexas de sustentação afetiva, cultural e de poder, tecidas pelas famílias da classe dominante Imperial que, certamente, estão além do restrito critério de coabitação. Meus questionamentos se voltam para as formas de comportamento em família, o papel exercido por cada um de seus personagens interna e externamente ao núcleo de origem, as estratégias de sobrevivência familiar no sentido de manter seu *status* enquanto grupo privilegiado da sociedade imperial oitocentista. Para tanto, proponho a diminuição da escala de observação como um recurso que possibilitará uma outra leitura do social e das relações familiares nele contidas. Neste texto, minha intenção é apresentar o conceito de família compartilhado pela classe senhorial do Império a partir do estudo das relações familiares e estratégias de manutenção de poder e riqueza vigentes no interior do núcleo familiar em particular

O núcleo familiar escolhido foi o Ribeiro de Avellar. Sua propriedade na região de Paty do Alferes, município de Vassouras, região do vale do Paraíba fluminense, se localizava a perder de vista e era cultivada por um grande número de escravos. Os negócios da família giravam em torno do plantio, colheita e comercialização do café. A riqueza e a opulência desta família, geradas na exportação do produto, sustentaram três gerações de grande poder político e prestígio social que alcançaram enobrecimento através de títulos de nobreza, concedidos com grandeza por D. Pedro II, como os de barão de Capivary, visconde de Ubá e baronesa de Muritiba, o barão do Guaribu, o visconde da Paraíba e os primeiros barões de São Luís e de Ubá.^v

A escolha da família Ribeiro de Avellar como objeto de pesquisa se deveu a inúmeros fatores. Primeiramente, a grande influência política local de seus titulares

que, por diversas vezes, ocuparam cargos importantes nas Câmaras Municipais de Paty do Alferes, de Vassouras, além da Guarda Nacional. Em segundo lugar, considerei sua intensa mobilidade espacial. No início do século, os Ribeiro de Avellar migraram da capital do Império para província e se estabeleceram como ricos proprietários graças ao enorme crescimento das exportações de café. Uma vez consolidada a fortuna na década de 1870, os futuros visconde e viscondessa de Ubá, juntamente com seus filhos, alternaram passeios e moradia entre a fazenda do Pau Grande, a cidade de Petrópolis, Caxambu, a Corte e a Europa. Outro aspecto interessante de ser trabalhado é que a estrutura familiar preservada na fazenda pois sempre apresentou uma “acomodação” mantendo diversos núcleos no mesmo espaço doméstico. Desse modo, esta formação familiar é bastante rica no sentido de perceber os espaços de intimidade e os espaços de disputa em família.

Considerarei ainda, o material diverso deixado pelos Ribeiro de Avellar que compreende cartas, fotografias, diários, ofícios, recibos e notas fiscais de compras, testamentos e inventários, permitindo uma reflexão sobre diferentes aspectos do tema abordado. A complexificação e a análise exaustiva destas fontes são fundamentais para a mudança de enfoque desejada na pesquisa. Uma análise baseada na prática da micro-história aproxima o foco de observação, tentando perceber nos detalhes e nas singularidades o que o particular tem de coletivo, sem no entanto, reduzir as especificidades e deixar de recriar os indivíduos a partir de seus nomes próprios. Como afirma Jacques Revel:

A escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra -, a complexa rede de relações, a multiplicidade de espaços e tempos nos quais se insere. (...) “A análise micro-histórica tem portanto duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula.”^{vi}

Desta forma, o conceito de família a ser construído visa recuperar, na medida do possível, as teias de significados construídos e compartilhados socialmente pela classe senhorial fluminense ao longo da segunda metade dos oitocentos.^{vii} Alguns indícios podem ser detectados em correspondências escritas por José Maria e Leonarda Velho da Silva para sua filha, Mariana Velho de Avellar, proprietária da fazenda Pau Grande. Vamos a eles:

Glória 4 de outubro às 6 da tarde

Minha querida Marianinha,

(...) Por aqui vai tudo na mesma, continua a bixa sendo notável que é muito raro morrer uma pessoa conhecida, todos os que morreram são da classe baixa e pretas.

As gentes que vivem em melhores condições e que, sendo atacadas, se tratam logo vencem com facilidade e brevemente, e em dois ou três dias ficam bons. Aqui em casa ninguém tem caído até o presente, a exceção de Bárbara que já está boa e o que teve foi coisa passageira.

Pelas casas da nossa família não me consta que tenha morrido ninguém e só a baronesa de Jacotinga perdeu um escravo bolieiro.(...)

Recomenda-me ao Joaquim, a teu sogro e as primas.

Teu pai amado do coração

Velho.^{viii}

Em longa carta onde relata os efeitos destrutivos da varíola na capital do Império, José Maria Velho da Silva faz alguns comentários interessantes para se pensar não só a noção de família, mas também a própria lógica do social, compartilhadas pelas frações mais abastadas da sociedade Imperial. Ao se referir aos indivíduos que mais facilmente contraem a chamada “bixa”, chama-os de “classe baixa e pretas” e os contrapõem as “pessoas conhecidas”. Contudo, esta última denominação é bastante ambígua. José Maria não deixou claro se eram “pessoas conhecidas” suas e de sua família, assemelhando-se, em significado, a amizade e intimidade. Ou, se tratavam de “pessoas conhecidas” no sentido de públicas, conhecidas pela Sociedade, equivalendo, assim, aquelas que tem titulação, prestígio ou boa circulação no meio social da Corte. Todavia, o que parece ambivalência ou imprecisão aos nossos olhos, para sua filha, destinatária da carta, poderia significar redundância. Permeada por um universo social pensado hierarquicamente através da cisão entre o mundo das “gentes que vivem em melhores condições” e o mundo das

“pessoas de classe baixa e pretas”, Mariana Ribeiro de Avellar, certamente, desvendou estes signos sem grandes dificuldades como profunda conhecedora do alfabeto empregado.

No que diz respeito à noção de família, José Maria narra que “pelas casas de nossa família” a peste não tinha passado, estando todos bem de saúde. Sua preocupação se estende aos parentes mais próximos citando nominalmente sua cunhada, a baronesa de Jacotinga, e dona Bárbara, uma viúva que trabalhava em sua casa, com a filha Adelaide, na condição de livre. Aqui, a ambigüidade se faz notar quando, devido a maior intimidade e sentimentalidade, construídas ao longo de muitos anos no convívio doméstico, dona Bárbara, apesar de pertencer ao mundo das “pessoas de classe baixa e pretas”, é acolhida entre as “pessoas conhecidas”. Neste caso, a agregada é “conhecida” no sentido da convivência, da familiaridade. A análise dos dicionários da época também pode ser de grande valia no sentido de se perceber como os atores sociais envolvidos construíam e compartilhavam a noção de família no contexto do social vivido.

Antônio de Moraes Silva define o termo família como: “as pessoas de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, pais de família, mas mais estritamente se diz do pai, da mãe e filhos, ou que vivam na mesma casa, ou em diversas casas. Os parentes e aliados”.^{ix} Contudo, os significados para a palavra *casa* estavam relacionados tanto a moradia, edifício; quanto à noção de geração, descendência. Portanto, os critérios de pertencimento à família podiam ser consangüíneos e políticos, construídos através de laços de solidariedade e aliança. A definição, ainda, deixa claro que o critério de coabitação não era o mais importante. Outra obra de referência, publicada por Eduardo Faria, coloca que a família “no sentido próprio mais estreito, compreende a sociedade formada naturalmente pelo pai, mãe, filhos, que vivam reunidos na mesma habitação, quer vivam separados. Entende-se também por esta palavra todas as pessoas de um mesmo sangue e parentela com irmãos, netos, cunhados, genros e primos”.

Entretanto, outro aspecto bastante interessante que nos dicionários se encontra relacionado à família é o da privacidade. Por diversas vezes, a palavra família esteve ligada à “familiaridade, amizade, convivência sem cerimônia, privança”.^x Portanto, para além do sangue e das alianças políticas, também estava em jogo vínculos constituídos através da amizade e uma sensação de intimidade que matizaria os sentimentos acima, como era o caso de D. Bárbara, descrito na correspondência de José Maria. Entretanto, como não poderia deixar de ser numa sociedade fundada na diferença, a palavra família também podia adquirir um sentido legitimador da hierarquia constituída. Vejamos:

um homem de boa família é um homem que pelos laços de sangue está unido a certo número de pessoas que na sociedade e pelas razões já ditas gozam de um lugar privilegiado. Isto se chama uma família distinta, honesta, estimável. Quando os títulos, as altas dignidades e os grandes empregos se hão multiplicados e conservado sem quebra durante largo tempo em uma mesma família, quando os membros que compõem estas famílias quiserem levar mais adiante a distinção ordinária de família, e daqui lhe veio o nome de casa.^{xi}

Portanto, “ser de boa família” possuía um significado adjetivado. Por um lado, era o mesmo que pertencer a um grupo seletivo e privilegiado que, na sociedade Imperial, coincidia com aqueles que podiam exercer ativamente a sua cidadania, conforme os critérios estabelecidos pela constituição de 1824.^{xii} A estes estavam abertos os mundos da política e do governo, fazendo com que pudessem se estabelecer enquanto classe dirigente do Império. Por outro lado, “ser de boa família” equivalia ao poder de gozar dos atributos de liberdade, propriedade^{xiii} e viver com opulência^{xiv}; privilégios circunscritos à aristocracia imperial. Derivava desta realidade, um sentimento aristocrático que influía nas próprias formas de *ver o mundo* e de *se ver no mundo*. Em última instância, este sentimento aristocrático se constituía enquanto um *habitus*, uma segunda natureza, compartilhada pelos indivíduos que compunham as “melhores famílias”, e por consequência, pelo próprio grupo dirigente; atuando, ao mesmo tempo, como padrão de comportamento e elemento de identidade de grupo.^{xv}

Retornando as discussões dos dicionários, vê-se que os laços de sangue foram descritos como aptos a oferecerem honra e *status*, compartilhados entre todos os descendentes. Quando diferentes núcleos ou gerações da mesma família eram capazes de cultivar um caráter aristocrático, era possível ascender à denominação de *casa*, que “indicava mais qualidade”.^{xvi} Deste modo:

As famílias se notam pelas alianças, por um modo de viver polido, pelas maneiras distintas das do baixo povo, pelos costumes cultivados, que passam depois para os filhos. As casas se formam pelos títulos, pelas altas dignidades de que são ilustrados e pelos empregos continuados de parentes do mesmo nome.^{xvii}

Antônio Moraes Silva acrescentava aos elementos liberdade e propriedade, definidores da classe dirigente do Império, as qualidades do cultivo dos costumes, - entendido como polidez das maneiras, boa educação e instrução - as titulações e boa aceitação no círculo social da Corte. Neste sentido, o sentimento aristocrático compartilhado por estas famílias estava de pleno acordo com o projeto imperial de expansão da civilização que tinha como modelo ideal os gostos e padrões culturais das nações européias. Explica-se, assim, a consternação e sentimentalidades de Mariana Velho de Avellar em carta endereçada a sua mãe em 11 de junho de 1864: “sinto o que está sofrendo o Achilles Arnaud, mas é o resultado de ter se casado fora de sua classe”.^{xviii}

Apesar de terem existido inúmeros modelos de família e de formas de viver em família, seja entre os escravos, seja entre forros, sitiantes, arrendatários, vendedores e toda sorte de homens livre e pobres, os dicionários preferem desconsiderá-los. As referências de Antônio Moraes Silva estão centradas no que era idealmente concebido como o modo de viver da classe dominante. Assim, o discurso social acerca da família, produzido no interior deste grupo, corroborava um sentimento aristocrático que excluía as outras possibilidades de formações familiares e se auto-elegia como a família socialmente aceita.

A título de conclusão, reafirmo a proposta de que “a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura”.^{xix} Assim, a singularidade e a especificidade dos Ribeiro de Avellar estão circunscritas nos limites da cultura do próprio tempo e do próprio grupo social, sendo possível a análise do *habitus* das famílias da classe dominante oitocentista através da micro-análise de tal núcleo em particular.^{xx}

ⁱ Mestre em História Social da Cultura pela PUC-RJ e doutoranda pela Universidade Federal Fluminense.

ⁱⁱ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 25ª., SP: José Olympio Editora, 1987; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20ª. ed, RJ: José Olympio editora, 1988; VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1973, vol 1.

ⁱⁱⁱ Sheila de Castro. *História da família e demografia histórica* In: VAINFAS, R & CARDOSO, C. *Dominios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997; Da mesma autora: *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. RJ: Nova Fronteira, 1998. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. SP: Hucitec, 1997.

^{iv} CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. In: *Concha de Retalhos*. 3ª. ed, SP: UNICAMP, 1994, SAMARA, Eni. *Mesquita. A Família Brasileira*. 4ªed, São Paulo: Brasiliense, 1993; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Populações do Brasil em perspectiva histórica*. In: COSTA, Iraci Del Nero (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. SP: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

^v Sobre a família Ribeiro de Avellar consultar o genealogista Roberto Menezes de Moraes a quem sou muito grata por uma série de fontes e informações contidas neste trabalho. MORAES, Roberto Menezes. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau Grande*. RJ: 1984.

^{vi} REVEL, Jacques. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. RJ: Civilização Brasileira, 2000, p17.

^{vii} GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. RJ: Editora Guanabara Koogan S.A., 1989.

^{viii} Carta de José Maria Velho da Silva a sua filha, Mariana Velho de Avellar, Rio de Janeiro, 4 de outubro, s/a. Coleção particular.

^{ix} SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 6ªed, Lisboa: na Typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p10, vol2.

^x ROQUETE, J. I. *Diccionario da Língua Portuguesa*.. Paris: em casa de V. J. P Aillard Guillard, 1881, p509.

^{xi} FARIA, Eduardo. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 2ªed, Lisboa: Typhographia Lisbonense de José Carlos d'Aguiar Vianna, 1850/1853, vol 3, p32.

^{xii} A Constituição de 1824, distinguia cidadãos ativos, cidadãos passivos e não cidadãos. Ver: MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2ªed, SP: Hucitec, 1990.

^{xiii} MATTOS, Hebe Maria. *Laços de família* In: *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. 2ª ed, RJ: Nova Fronteira, 1998.

^{xiv} MATTOSO, Kátia de Queirós. *A opulência na província da Bahia*. In: NOVAIS & ALENCASTRO. *História da Vida privada no Brasil: Império*. SP: Cia das Letras, 1997.

^{xv} ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. 2ª ed, Lisboa: Estampa, 1995; *Processo Civilizador*. SP: JZE, 1993. vol I e II.

^{xvi} SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 6ªed,Lisboa: na typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p10, vol2

^{xvii} SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 6ªed,Lisboa: na typographia de Antônio José da Rocha, 1858, p10, vol2

^{xviii} Carta escrita por Mariana Velho de Avellar para, sua mãe, Leonarda Maria Velho da Silva. Pau Grande, 11 de junho de 1864. Coleção particular.

^{xix} DARTON, Robert. *Introdução* In: *O Grande Massacre dos gatos*. RJ: Graal, 1986, p.XVII.

^{xx} GINSBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes*. 3ª. ed, SP: Cia das Letras, 1987.